



AS PRIMEIRAS FACHADAS AZULEJADAS DE LISBOA

Alexandre Pais; Museu Nacional do Azulejo, Lisboa, Portugal; mnazulejo.alexandrepais@imc-ip.pt

João Manuel Mimoso; Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), Lisboa, Portugal;

jmimoso@lnec.pt

Joana Campelo; Direcção-Geral do Património Cultural, Lisboa, Portugal; joanacampelo@imc-ip.pt

RESUMO

Para uma revolução tão importante em termos de conceito de aplicação como foi a colocação de azulejos nas fachadas de edifícios no século XIX, deste modo alterando decisivamente a percepção do espaço citadino no que diz respeito à estética e luminosidade, pouco se conhece dos aspectos que conduziram a esta opção que mesmo para a mentalidade actual pode ser considerada muito ousada. O seu entendimento é tanto mais urgente quanto ainda hoje não merece dos investigadores e historiadores de arte nem dos responsáveis municipais um olhar mais atento e uma salvaguarda mais eficaz – ainda que esta atitude esteja a mudar [1] – perdendo-se todos os dias vários imóveis com este tipo de revestimento.

Partindo de conjuntos datados é possível assinalar que o denominado estilo neoclássico permanece ainda como opção estética na azulejaria até, pelo menos, ao final da década de 20 do século XIX. Será na década seguinte, mas mais decididamente nos anos 40, que começará a ocorrer a mudança de mentalidade que permitiu a transposição da azulejaria para o exterior dos edifícios, não palácios ou igrejas – ainda que sejam conhecidos alguns exemplos – mas esmagadoramente prédios de arrendamento de uma burguesia que ganhava, de forma crescente, importância na organização social portuguesa.

Para abordar o fenómeno importa definir três aspectos essenciais: o primeiro é o do enquadramento social, temporal e estético que presidiu a esta renovação da aplicação de revestimentos cerâmicos nos edifícios; o segundo é o do(s) modelo(s) a partir do(s) qual(is) se disseminou esta moda; o terceiro prende-se com os protagonistas, ao nível do desenho, da produção, da distribuição e da aplicação dos azulejos.

PALAVRAS-CHAVE: Azulejos, fachadas urbanas, Romantismo, história industrial

1. INTRODUÇÃO

Na recente tese de Margarida Portela Domingues [1], a autora identificou, em diversas cidades do País, incluindo Lisboa, algumas das fachadas que, na sua opinião, se contarão entre as de azulejamento mais antigo. Alguns desses edifícios urbanos, bem como outros que não referiu mas que nos parecem também de grande importância, encontram-se num estado de abandono, temendo-se o seu colapso ou demolição. Outros, embora habitados, têm as fachadas em perda. Este facto sugeriu-nos uma linha de investigação que tentará estabelecer uma cronologia apoiada em considerações estilísticas e, sempre que possível, em bases documentais. Este trabalho pretende constituir uma reflexão sobre o interesse do azulejamento das fachadas enquanto fenómeno social e estético, percorrendo alguns desses casos mais antigos, discutindo o seu possível significado e apontando os problemas de conservação de que padecem.

O estudo da azulejaria nas fachadas arquitectónicas no decorrer do século XIX deve ser abordado a partir de fontes diversas, por forma a enquadrar um fenómeno complexo e com múltiplas facetas. Um dos primeiros pontos a considerar é o da produção fabril, ou seja, quais as unidades de fabrico cerâmico que desempenharam um papel significativo na criação de azulejos aplicados nos revestimentos exteriores das arquitecturas lisboetas. Ainda que estas fábricas não devam ter sido em



grande número e não tenham conhecido o mesmo sucesso ao longo dos quase 80 anos que assistiram a esta moda, aparentemente iniciada na transição da década de 30 para 40 do século XIX, é fundamental definir o seu protagonismo. Este não deve ser entendido unicamente à luz dos volumes respectivos de produção, mas também tendo em conta a diversidade de modelos e as técnicas empregues na sua execução (estampilha, estampagem, relevo...). Ainda dentro deste nível de abordagem interessa considerar o aspecto da herança laboral acumulada, querendo-se com isto referir quais as unidades fabris que se aplicaram na produção deste tipo específico de azulejos e que são subsidiárias do saber das antigas olarias, como foi aparentemente o caso das fábricas Constância e Viúva Lamego, e quais surgem de novo. Também importa reflectir acerca das técnicas de execução empregues em cada uma das fábricas, para aferir da maior ou menor adaptabilidade destes produtos relativamente à função que lhes era exigida, identificando especificidades como parece ser o caso da fábrica Roseira.

Outra via de investigação prende-se com a clientela a quem se destinavam estes produtos procurando definir, simultaneamente, se é possível assinalar áreas de consumo dentro da cidade.

Ambas as questões estão relacionadas com a dimensão temporal da aplicação dos azulejos nas fachadas, decorrendo paralelamente enquanto se prossegue o seu levantamento cronológico. É provável que se encontrem variações no perfil dos consumidores e até nos propósitos que presidiram a estes revestimentos, quando confrontados com as épocas em que foram aplicados, mas estas são hipóteses de trabalho ainda em aberto e a precisar de fundamentação. O levantamento daqui resultante permitirá ainda definir cronologias estéticas na aplicação da azulejaria nas fachadas de Lisboa, assinalando especificidades que, provavelmente, corresponderão a gostos determinados dentro de janelas temporais seguras. Daqui poderá resultar um outro aspecto, a possibilidade de encontrar os modelos a partir dos quais se desenvolveram modas de aplicação – ainda que muitos edifícios estejam já irremediavelmente perdidos ou com as suas fachadas significativamente alteradas – dimensão fundamental para o entendimento tanto da formação do gosto, como do papel determinante dos espaços e, até, dos indivíduos que contribuíram para o modelar estético da cidade.

Uma terceira componente que interessa assinalar dentro desta reflexão prende-se com o momento em que a aplicação de azulejos em fachadas conheceu a sua afirmação. Nesta óptica, pretende-se perceber o papel que a azulejaria desempenhou em certames nacionais e internacionais ao longo do século XIX, em que moldes e qual o destaque que lhe foi sendo dado quando começou a ser considerada digna de figurar aí. Esta dimensão entronca no aspecto da produção fabril, havendo lugar a determinar quais os protagonistas responsáveis pela sua produção e qual o reconhecimento que lhe foi devido na época.

2. TEMA

No momento de reflexão em que nos encontramos não é ainda possível clarificar qual(is) o(s) edifício(s) que alteraram o paradigma até aí vigente na colocação de azulejos no exterior das arquitecturas lisboetas. Um aspecto que importa considerar é que, a par da passagem do azulejo para as fachadas dos edifícios, assistiu-se a uma modificação da gramática decorativa vigente nas primeiras décadas do século XIX, a qual privilegiava o decorativismo e algum figurativo em detrimento das padronagens, cujo apogeu ocorrera há quase duzentos anos, no século XVII. Ainda que os chamados motivos pombalinos e D. Maria se tenham inserido na tradição do azulejo de padrão, a sua aplicação – pelo menos tanto quanto podemos assinalar até ao momento – circunscreveu-se às últimas décadas do século XVIII, sem o fulgor da sua contraparte seiscentista. Mesmo que possamos vir a identificar padrões nas duas primeiras décadas do século XIX, estes estariam circunscritos ao uso interior, em silhares de espaços secundários ou de passagem nas habitações. Com a transferência para o exterior e se exceptuarmos a obra pessoal de um *Ferreira das Tabuletas*, que



deve ser entendida à luz de uma criação de autor e não uma produção seriada, ainda que diversificada, como o eram os padrões, estes predominam em detrimento do decorativismo anterior e de um figurativismo narrativo que tivera o seu apogeu na centúria de Setecentos. Este é um aspecto fundamental na nova percepção da azulejaria de meados do século XIX, pois subjacente a ele está a produção seriada, industrial, em quantidade mais elevada, ainda que isto não signifique uma circunscrição a um número reduzido de motivos pois estes eram habilmente combinados e viram a introdução de alterações cromáticas, muitas vezes subtis, que fornecem percepções variadas e uma diversidade aparente, ainda que nem sempre total.

Integrado num quadro em que se conhecem exemplos anteriores de aplicação em fachadas, o Palácio da Pena viu por acção do seu construtor, o rei consorte D. Fernando II, a partir do início da década de 1850, a colocação de vários motivos azulejares, com intenções diversas, em várias das suas áreas [2]. Esta integração poderá ser consequência de uma prática então emergente, mas simultaneamente talvez tenha concorrido para a promoção de um gosto que viria a expandir-se na segunda metade da centúria, à medida que o imaginário do Romantismo foi ganhando uma dimensão cenográfica adoptando Sintra como espaço de eleição.

No estudo da divulgação do fenómeno importa também considerar o papel desempenhado pelos chamados “torna-viagem”, portugueses que haviam feito fortuna no Brasil e que regressaram a Portugal com novos hábitos e gostos que conduziram a modas diversas da terra de origem e na qual alguns ceramógrafos têm visto a introdução da azulejaria nas fachadas, com predomínio no Norte do País [3]. Se este regresso, que ocorreu de forma significativa a partir da década de 70, mas já era assinalado desde os anos 40 do século XIX, poderá ter tido também um papel decisivo na disseminação do gosto pela ostentação que a introdução da cerâmica nas fachadas poderia constituir, aos olhos dos contemporâneos, ele não terá sido, seguramente, o factor determinante. Aliás, não foram só os azulejos, mas também outras decorações cerâmicas – balaustres, telhas, goteiras, estátuas e bustos – a ganhar protagonismo, expressão de uma mudança de paradigma onde a produção industrial ascendeu, talvez inesperadamente, a categoria artística.

Importa aprofundar nesta reflexão o fenómeno que ocorreu em algumas regiões brasileiras, onde a integração de azulejos nas fachadas constitui uma marca, considerada inequívoca, dessa mesma realidade, a dos portugueses enriquecidos que assim exprimem a sua fortuna, para determinar onde se encontra a gênese e onde reside a importação [4].

O impacto que o azulejo ganha enquanto manifestação artística e não como mera curiosidade deverá ter ocorrido algures na década de 1860 quando, pela primeira vez numa Exposição Universal, são enviados alguns painéis do conjunto que integrava o Paço Ducal de Vila Viçosa, de manufactura flamenga, mas então considerados como produção nacional, para a grande Exposição de Paris de 1867 [5]. Ainda que entre as produções coevas não tenha constado a azulejaria, a sua presença enquanto objecto histórico é sinónimo de uma alteração de percepção no que se refere a esta manufactura, exposta como uma manifestação singular da criação artística portuguesa.

A primeira notícia que temos a uma mostra de azulejaria saída das fábricas de então, ocorreu na *Exposição Industrial Portuguesa*, que decorreu em Lisboa em 1888 [6]. Paralelamente, Charles Lepierre refere, no seu *Estudo químico e tecnológico sobre a cerâmica portuguesa moderna*, publicado em 1898 e com nova edição em 1912, quais as fábricas que então produziam azulejos: no Porto eram as das Devesas, Valente, Carvalhinho e Vale da Piedade; em Aveiro a da Fonte Nova; em Coimbra as de Alberto Pessoa, Leonardo Veiga e, aparentemente, outras de menor relevância e em Lisboa as fábricas Baudin; Alcântara; Viúva Lamego; Viúva José Dias; Vítor Roseira e Constância [7]. Paralelamente a estas e poucos anos antes, também nas Caldas da Rainha com Rafael Bordalo Pinheiro, e na Fábrica de Sacavém começara a produção de azulejos, mas em ambas produzidos



com técnicas específicas e diversas dos restantes centros. Será pois neste universo que se poderá encontrar os principais intervenientes da produção que permitiu o revestimento dos edifícios portugueses e mesmo brasileiros. Assim, é seguro afirmar que se o fenómeno tem a sua origem algures entre as décadas de 30 e 40 do século XIX, a sua afirmação alicerçada no uso e no gosto deverá ter ocorrido entre os anos 70 e 80 da mesma centúria.

No que se refere a Lisboa, um dos principais protagonistas da produção de azulejos para fachada terá sido, aparentemente, a fábrica Roseira que mercê da atenção que lhe parece ter sido assegurada por D. Fernando II deverá ter conhecido uma expansão que, talvez de outro modo, não tivesse ocorrido. Se neste centro se criaram padrões únicos, outros houve que foram copiados por ou de outras fábricas, o que torna a atribuição de motivos a centros específicos uma dificuldade acrescida. Aliás, é possível traçar a origem de modelos empregues nas fábricas nacionais a centros de produção ingleses, franceses e espanhóis. No entanto, em Portugal estes motivos foram muitas vezes adaptados, alterando-lhes cores e criando frisos que, adaptados especificamente a essas decorações, conseguem criar atmosferas próprias de um sabor quase vernacular.

O modo como os azulejos foram aplicados nas fachadas poderá constituir um instrumento para determinar o período do respectivo revestimento. Num primeiro momento, iniciado entre o final da década de 30 e a primeira metade de 1840, os azulejos não cobriram a totalidade disponível das fachadas com um mesmo padrão. No espaço térreo ou loja, podem assumir um carácter ilusionista de revestimento pétreo, contrastando o predomínio das cores azul do fundo com a castanho arroxeadada das pretensas almofadas de calcário encarnado de Negrais. Nos pisos superiores encontram-se, pelo menos em cinco ou seis casos, o que parecem ser aproveitamentos de azulejos anteriores – barras e cercaduras do século XVIII, muitas vezes pombalinas, associadas a elementos de alarradas e vasos floridos ou partes de motivos neoclássicos – onde, por vezes, se introduzem elementos coevos ao revestimento, como sejam alguns padrões industriais. Um segundo momento, já de uma fase mais avançada, mas que poderá ser contemporâneo do anterior, é a colocação de padronagens nos pisos superiores do edifício, já não esses aparentes aproveitamentos, mas composições de época. Estes podem diferir do segundo para o terceiro piso ou serem ambos idênticos. Este estilo terá sido mais duradouro, pelo menos no que diz respeito aos conjuntos que sobreviveram até ao presente, podendo ter-se prolongado até início do século XX. Progressivamente, o espaço térreo deixa de se destacar do conjunto, passando a integrar uma padronagem, muitas vezes diferente dos pisos superiores, mas sem o cuidado de criar elementos ilusionistas para esses locais. O destaque começa a surgir através de cartelas publicitando o comércio que aí se efectuava, prática que conhece maior expansão a partir dos anos 60, ainda que exista pelo menos um exemplo da década de 1840, fora de Lisboa, em Abrantes. Essas “tabletas” em azulejos podem integrar-se no revestimento de padronagem, indicando uma simultaneidade de aplicações ou “forçar” a sua presença rompendo com a unidade decorativa da superfície onde são apostas. À medida que caminhamos para o final do século, as decorações publicitárias ganham um carácter predominantemente figurativo e cada vez maior destaque nos panos murários fruto, entre outras, do sucesso do “Ferreira das Tabletas”, mas nos restantes edifícios o espaço começa a ser uniformizado pela azulejaria de padrão, que reveste de alto a baixo as paredes, chegando mesmo a prolongar-se em quarteirões. Aí, por vezes, a existir um aspecto diferencial este é alcançado pela introdução de frisos ou cercaduras variadas que tonalizam a percepção do observador de matizes diversificados, iludindo quanto a persistência da composição. Esta deverá ser a época de maior durabilidade desta prática, devendo corresponder ao final da década de 1860 e prolongando-se até ao início do século XX.

3. UM PASSEIO PELAS PRIMEIRAS FACHADAS AZULEJADAS DE LISBOA



Figs. 1a e 1b - Edifício da Cervejaria Trindade na Rua Nova da Trindade

Ao tentar estabelecer quais as mais antigas fachadas azulejadas de Lisboa, um candidato natural é o edifício da Cervejaria Trindade na Rua Nova da Trindade (Figs. 1,2). Margarida Portela Domingues abordou-o com detalhe quanto à sua génese e propriedade [1] indicando a opinião, com que concordamos, de que o revestimento constitui um reaproveitamento de azulejos do séc. XVIII, possivelmente provenientes do extinto convento anteriormente ali existente. Em relação à cronologia, a data de construção do edifício (1838) está marcada numa pequena placa metálica armoriada existente nos ferros da varanda. Não custa a aceitar que tenha sido essa também a data do azulejamento, dado que se fosse substancialmente mais recente a situação desafogada do proprietário teria muito provavelmente garantido a utilização dos novos azulejos de fachada. Esta constatação sugere que em 1838 tais azulejos ainda não seriam comercializados.

Este revestimento a que pelo menos a localização assegurava grande visibilidade e, assim, uma potencial importância na geração de uma aceitação do azulejamento das fachadas, merece um olhar:demorado. Utiliza predominantemente padrões azuis e brancos (Fig. 1a), misturando diversos na mesma fachada (provavelmente por não existir quantidade suficiente de um único padrão, mas a causa é irrelevante face ao efeito, que tendencialmente estabelece estilos). Interrompe, por outro lado, o revestimento com alguns painéis figurativos ao nível da varanda do último piso (Fig. 1b) como se a natureza repetitiva do revestimento pedisse decorações individualizáveis. Não utiliza de forma consistente frisos, embora algumas disposições se lhes assemelhem (Fig. 1a) excepto sob a cornija onde se reconhece um friso com putti alados, cujas decorações a amarelo e laranja são a única variação à cor-base do revestimento (Fig. 2). Este que é seguramente um dos mais antigos e significativos revestimentos de fachadas de Lisboa, e para mais no edifício onde é explorado um prestigiado e turístico local de restauração, encontra-se num surpreendente estado de sujidade e

degradação, com áreas em perda, vendo-se até azulejos do friso caídos sobre a verga de uma das janelas do último piso (Fig. 3).



Fig. 2 - O friso sob a cornija



Fig. 3 - Azulejos caídos

Remanesce um pequeno conjunto de edifícios em Lisboa ostentando nas fachadas azulejos com padrões do séc. XVIII, cada um dos quais com peculiaridades dignas de nota. Um desses edifícios encontra-se na Rua Presidente Arriaga, às Janelas Verdes (Fig. 4) e outro na Rua da Lapa (Fig. 5).



Fig. 4 - Edifício às Janelas Verdes



Fig. 5 - Edifício na Rua da Lapa

No primeiro caso as faltas de continuidade comprovam tratar-se de azulejos reaplicados. A variedade de tipos, o eclectismo da sua distribuição e a integração de albarradas decorativas aproximam este revestimento do da Rua Nova da Trindade.

O edifício da Lapa é consideravelmente diferente, notando-se a coerência na aplicação dos padrões (apesar da sua variação entre pisos) que caracterizará os azulejamentos posteriores. Ressalta um frontão com motivo floral de execução individual, que ocorre em muitos dos primeiros azulejamentos da capital. Mas apesar da identidade dos ferros das varandas, esta pequena mansarda poderá ser posterior ao azulejamento original da fachada. De notar, em ambos os casos, os frisos circundantes aos vãos, formados com azulejos quadrados com dimensões iguais ou muito semelhantes aos do revestimento propriamente dito. Esta utilização de um mesmo módulo para os frisos e para o revestimento, que perduraria no Porto, só é frequente em Lisboa nos primeiros azulejamentos.

No edifício da Fig. 5, cujo estado de abandono e degradação é evidente, ressalta o azulejamento muito mais tardio do piso térreo. Encontram-se muitos casos em que a loja foi azulejada antes ou, mais commumente, depois da restante fachada. Nalguns casos parece que o dono do edifício deixou o piso térreo à discrição do lojista, até porque era comum a montagem de letreiros entre os vãos que obliteravam o dispendioso azulejamento e de que veremos um exemplo mais adiante. A situação neste caso é revelada pelas imagens da Fig. 6, que ilustra este edifício cerca de 1900 e hoje. O revestimento original era, aparentemente, um esponjado rematado pelo friso dos pisos superiores, que foi substituído após esta data por azulejos da Fábrica de Sacavém.



Fig. 6 - O mesmo edifício da Rua da Lapa, cerca de 1900 e agora

A Fig. 7 ilustra outro interessante edifício na Rua de Andaluz, cujo portão contém a data “1849”. Encontra-se, neste, além dos padrões diferenciados de azulejos com aspecto setecentista, das albarradas, e dos “frisos largos”, um piso térreo revestido a azulejo de estampilha (apesar de muito simples) e o mesmo tipo de frontão decorado que encontrámos na Lapa (ostentando, aqui, uma estrela). Neste momento não é possível afirmar se o azulejamento de estampilha é contemporâneo do restante, ou se a data de 1849 é a do azulejamento original (época em que o estilo eclético já seria tardio) ou a dalguma posterior alteração da propriedade. O edifício é ainda habitado e está bem mantido, embora o estado de alteração dos azulejos nalgumas áreas da fachada requeira atenção



Fig. 7a e 7b - Edifício “hibrido” na Rua do Andaluz

O edifício da Fig. 8, na Rua da Junqueira, é apresentado como exemplo dos primeiros revestimentos de fachada com azulejo de estampilha e está datado nos ferros da varanda “1845”. Neste edifício, que possui um piso adicional construído após o primeiro azulejamento que não é visível na fotografia, reconhece-se o “friso largo”, cuja função posterior de orla dos vãos ainda não parece estar, nesta época, consolidada; e o friso sob a cornija original, com a largura de dois azulejos, que seria a solução mais comum durante as décadas iniciais do azulejamento das fachadas urbanas. O piso térreo tem um revestimento ilusionista de painéis “pétreos” de que a fracção ainda original apenas é reconhecível sobre as vergas das janelas, enquanto que o revestimento entre vãos foi uma reintegração posterior, provavelmente para reparar as lacunas deixadas por painéis publicitários de qualquer anterior arrendatário comercial. À escala da fotografia o revestimento parece são mas mesmo assim nota-se o que parece ser uma ondulação da fachada. Resulta, muito provavelmente, do destacamento generalizado de azulejos que pode conduzir ao colapso de grandes áreas do revestimento.

Finalmente as Figs. 9 e 10 ilustram pormenores decorativos frequentemente ligados aos mais antigos azulejamentos: os fingidos de pedra de que resta ainda um conjunto representativo em Lisboa, apesar da sua qualidade ser muito variável; e uma cartela comercial traçada com assinaláveis recursos estéticos e técnicos. Esta cartela inserida num revestimento de bolas [8] é atribuível à Fábrica Roseira sobre cujo papel na criação estilística e na divulgação do azulejamento urbano muito haverá a investigar [8; 1]. Infelizmente, o estado de abandono do revestimento anexo, apesar de aqui funcionar a Junta de Freguesia local, faz temer a sua perda.



Fig. 8 - Edifício nos nºs 380-384 da Rua da Junqueira



Fig. 9 - Rua do Merca-tudo



Fig. 10 - Cartela na Rua do Poço Borratém

4. NOTA CONCLUSIVA

Demonstrando uma originalidade que já era patente em períodos anteriores, a aplicação de azulejos industriais nas fachadas das cidades portuguesas constitui um aspecto excêntrico, quando confrontado com o contexto europeu da época onde os casos conhecidos ocorreram de forma programada, com criações específicas para os locais de aplicação. Em Portugal, na maioria dos



casos, assistiu-se a uma adaptação de motivos decorativos indistintos ao espaço das fachadas, ajustados mediante a arte dos azulejadores que adaptaram, na maioria dos casos de forma magistral, os frisos das molduras à cantaria de portas, janelas e cunhais, presente nessas superfícies. Produtos saídos de um número reduzido de unidades fabris, algumas empregando especificidades de execução que nos ajudam a distingui-las das demais, os azulejos industriais da 2ª metade do século XIX carecem de uma reflexão e inventário para melhor compreender a riqueza criativa envolvida e a originalidade de algumas das propostas apresentadas. A esta compreensão acresce o elencar de soluções de aplicação, propostas que indicam cronologias que podem ser balizadas, ajudando-nos a perceber melhor a própria dimensão da vivência urbana, no modo como as fachadas dos edifícios se foram ajustando a ideias e testemunhos de uma sociedade em grande transformação, adaptando-se à Revolução Industrial, mas procurando manter testemunhos de uma sensibilidade onde o azulejo constitui um elemento atávico.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - DOMINGUES, Ana Margarida Portela, *A ornamentação cerâmica na arquitectura do Romantismo em Portugal*. Tese de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.
- 2 – TEIXEIRA, José, *D. Fernando II: Rei-artista, artista-Rei*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1986.
- 3 - ALMASQUÊ, Isabel, VELOSO, Barros, *Azulejos de fachada em Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal, 1989.
- 4 - MECO, José, *O azulejo em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.
- 5 - *Catalogue spécial de la section portugaise à l'Exposition Universelle de Paris en 1867*. Paris: Librairie administrative de Paul Dupont, 1867.
- 6 – *Catálogo oficial dos objectos enviados à Exposição Industrial Portuguesa em 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.
- 7 - LEPIERRE, Charles, *Estudo Químico e Tecnológico sobre a Cerâmica Portuguesa Moderna*, Boletim do Trabalho Industrial, LXXVIII, Lisboa, 1912
- 8- ARRUDA, Luisa, *Caminho do Oriente – Guia do Azulejo*, Livros Horizonte, 1998.